



VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO
SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS
SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Fundamentos do Serviço Social: O trabalho profissional de assistentes
sociais

Transformações do mundo do trabalho e os desafios para o exercício profissional do assistente social

Tânia Mara da Silva¹
Mabel Mascarenhas Torres²
Claudiana Tavares da Silva Sgorlon³

Resumo: O artigo analisa as transformações no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo e seus impactos nas expressões da questão social e no exercício profissional de assistentes sociais. Problematisa-se como a precarização, a flexibilização e a intensificação tensionam as políticas sociais e as condições objetivas de trabalho da categoria. A pesquisa baseou-se em pesquisa bibliográfica e análise de documentos normativos. Conclui-se que tais transformações ampliam demandas, restringem direitos e desafiam a autonomia profissional, exigindo a reafirmação do projeto ético-político do Serviço Social como horizonte crítico de resistência e defesa dos direitos sociais.

Palavras-chave: trabalho de assistentes sociais; condições de trabalho; intensificação.

Abstract: This article analyzes the transformations in the world of work in contemporary capitalism and their impacts on the expressions of the social question and the professional practice of social workers. It problematizes how precariousness, flexibility, and intensification strain social policies and the objective working conditions of the profession. The research was based on bibliographic research and analysis of normative documents. It concludes that these transformations broaden demands, restrict rights, and challenge professional autonomy, requiring the reaffirmation of the ethical-political project of Social Work as a critical horizon of resistance and defense of social rights.

Keywords: work of social workers; working conditions; intensification.

¹ Assistente Social, Universidade Estadual do Paraná (Unespar - Paranavaí/professora), Doutora em Serviço Social e Política Social (UEL), e-mail: as.taniamarasilva@gmail.com

² Assistente social, Universidade Estadual de Londrina (UEL/professora), Doutora em Serviço Social (PUC-SP), Coordenadora do GEFTAS, e-mail: mmtorres@uel.br

³ Assistente Social, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA/professora), Doutora em Serviço Social e Política Social (UEL), e-mail: clausgorlon@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

As transformações do mundo do trabalho e suas consequências na vida dos trabalhadores constituem um dos eixos centrais para a compreensão da sociabilidade capitalista no século XXI. No contexto da crise estrutural do capital, intensificada a partir das últimas décadas do século XX, observa-se a reconfiguração das relações de produção, a flexibilização dos vínculos laborais, a intensificação da exploração do trabalho e o aprofundamento das desigualdades de classe, raça, etnia, gênero, bem como as socioterritoriais.

Tais transformações incidem diretamente sobre as expressões da questão social, objeto de intervenção do Serviço Social, redimensionando as demandas profissionais e tensionando as condições éticas, políticas e técnicas do exercício profissional de assistentes sociais. Netto (2001, p. 45-46) afirma que a questão social está “elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho — a exploração”, ainda que se manifeste historicamente mediada por componentes políticos, culturais e institucionais. Para Pinheiro (2025, p. 11) a questão social é “[...] uma síntese de uma dimensão concreta que reúne expressões historicamente construídas, socialmente existentes e estruturalmente relevantes para a existência da sociedade capitalista”. Tais afirmações nos remetem a pensar que o capitalismo se transforma para manter sua estrutura de exploração e mercadorização das relações sociais. Nesse sentido, compreender as transformações do mundo do trabalho não se restringe apenas a uma análise conjuntural, mas implica apreender as determinações estruturais do capitalismo e seus efeitos sobre as políticas sociais, o Estado e o próprio trabalho de assistentes sociais.

É precisamente nessa mediação entre estrutura e forma histórica de gestão e das contradições sociais que o Estado assume centralidade, pois é por meio dele que se organizam as respostas institucionais às expressões da questão social. No contexto social brasileiro, o Estado se constitui como um ente regulador da vida em sociedade, à medida em que legisla, regulamenta e executa o orçamento e as políticas públicas. A disputa política em torno do fundo público e as alterações no repasse de recursos para o gerenciamento da prestação de serviços nas políticas públicas alteram o planejamento e a execução do trabalho das equipes, repercutindo também no alcance dos serviços. Sobre o fundo público e sua utilização recorrente aos interesses do capital, Behring (2025, p. 1) pontua que:

Persiste um ambiente tóxico de políticas econômicas de austeridade fiscal neoliberais, que direcionam o fundo público para a remuneração das instituições financeiras, detentoras de títulos da dívida pública dos Estados nacionais, deixando as políticas sociais e os direitos humanos à míngua.



Longe da pretensão de esgotar um tema de tamanha complexidade neste texto, temos como objetivo problematizar as transformações do mundo do trabalho e os desafios que se colocam ao exercício profissional do⁴ assistente social na contemporaneidade sob o direcionamento do projeto ético-político do Serviço Social.

O procedimento metodológico utilizado foi a revisão bibliográfica, levantamento de documentos e normativas, de modo a fundamentar os argumentos que serão apresentados ao longo do texto. A pesquisa realizada possibilitou o aprimoramento do conhecimento da realidade e das suas determinações nos marcos do capitalismo; com base em uma fundamentação teórica crítica, destacando a complexificação da questão social em razão do de capital flexibilizado, restrição orçamentária para políticas sociais e o aumento das demandas e serviços ofertados por essas políticas, espaços privilegiados de trabalho de assistentes sociais.

O texto está organizado de forma a discutir as transformações do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo e as suas repercussões nas expressões da questão social e nas políticas sociais. Em um segundo momento, procuramos discutir o assalariamento e as condições objetivas de trabalho de assistentes sociais, bem como as tensões e os desafios para a construção de um exercício profissional à luz do projeto ético-político profissional.

2 AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E AS SUAS REPERCUSSÕES NA QUESTÃO SOCIAL E NAS POLÍTICAS SOCIAIS

O mundo do trabalho sofre profundas transformações no contexto da crise estrutural do capital, intensificada a partir dos anos de 1970. A reestruturação produtiva impulsionada pelo avanço tecnológico, pela flexibilização dos processos produtivos e pela mundialização do capital redefine as formas de organização laboral e aprofunda a exploração da força de trabalho. Ricardo Antunes (2009; 2018) demonstra que tais transformações não significam a perda da centralidade do trabalho, enquanto categoria fundante da vida social, mas a sua reorganização sob formas mais precárias e intensificadas de exploração. Ainda segundo Antunes (2009; 2018), o capitalismo contemporâneo engendra uma “nova morfologia do

⁴ O uso do masculino foi uma decisão das autoras para facilitar a leitura, mas em nenhum momento deixaram de considerar a inclusão de todo e qualquer leitor, sejam as mulheres ou os membros da comunidade LGBTQIA+.



trabalho” caracterizada pela ampliação do trabalho terceirizado, informal, intermitente e plataformizado.

O que se presencia não é o fim do trabalho, mas a sua degradação sob múltiplas formas, ampliando-se um novo proletariado de serviços, submetido a vínculos instáveis, baixos salários, intensa exploração e desprovido de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Por meio da precarização do trabalho estão dadas as bases para uma superexploração do trabalho (Marini, 2011) aliada ao prolongamento da jornada de trabalho para além dos limites considerados normais para a manutenção da saúde física e mental do trabalhador.

Sob este ponto de partida, Antunes (2018) problematiza que o trabalho no século XXI apresentará três características persistentes: precarização, flexibilização e intensificação. As duas primeiras têm sido fartamente estudadas por pesquisadores da área das ciências sociais aplicadas, a exemplo do próprio autor citado. Chama a atenção a terceira característica: a intensificação, que pode ser definida a partir do aumento, acréscimo intenso e excessivo e, por vezes, árduo do tempo gasto para a realização do trabalho; do aumento do ritmo e da velocidade de sua execução; e do aumento do volume quantitativo das ações e atividades constitutivas do próprio trabalho. Tais características apontam para o que Dal Rosso (2011, p. 133) apresenta como parte do modo como o capitalismo organiza o trabalho e a produção do mais-valor, expresso na “elevação da intensidade do labor a um grau jamais alcançado”. Essa intensificação se expressa na sobrecarga de trabalho; na jornada extensa ou não fixa; no estabelecimento e cumprimento de metas; no acúmulo de atividades; no produtivismo, nas pressões, nas cobranças; na competitividade e na exigência de respostas rápidas e objetivas, além da virtualização do trabalho por meio das tecnologias de informação e comunicação (TICs). É essencial, portanto, discutir alguns dos elementos constitutivos da intensificação: *i. a extensão da jornada e aumento do volume de trabalho*, uma vez que a precarização dos contratos de trabalho, ocasionalmente, não estabelece o limite máximo de horas trabalhadas, mas determina a remuneração pelo número de atividades, de peças produzidas previamente contratadas; *ii. a produtividade*, analisada sob dois aspectos: quanto mais o trabalhador labora, maior será a possibilidade de identificar o quanto é capaz e eficiente e, a eliminação de parte dos processos de trabalho ou a substituição pelo maquinário contribuindo para o aumento da produção sem a garantia da remuneração correspondente. Na esfera dos serviços, a produtividade é incorporada como critério central de eficiência e eficácia, orientando a mensuração dos resultados e redefinindo os parâmetros de avaliação do trabalho profissional; *iii. a naturalização da competição entre os trabalhadores*, visto que diante das alterações nos processos de trabalho, a exemplo da supressão de atividades, sendo substituídas por máquinas, aplicativos, plataformas digitais, o trabalhador vivo se vê



impelido a se manter trabalhando a custo de assumir mais funções, mais atividades, mostrando sua agilidade e adesão às mudanças no trabalho. Ou seja, a revolução tecnológica e o desenvolvimento das forças produtivas promovem a intensificação do trabalho permitindo o aumento da produtividade, sem com isso aumentar salário ou qualquer outra forma de remuneração.

Essas transformações repercutem no aprofundamento do trabalho sem direitos, da disseminação do empreendedorismo e da superexploração da força de trabalho, ampliando e agravando as desigualdades de classe, raça e gênero, afetando diretamente as condições de vida da classe trabalhadora. Para Netto (2012) a crise contemporânea do capital possui um caráter estrutural e civilizatório, pois compromete as bases materiais de reprodução social e intensifica a barbárie social. Para o autor, a crise atual do capitalismo não é episódica, mas permanente, expressando os limites históricos da sociabilidade fundada na exploração do trabalho. Nesse contexto, o Estado passa a desempenhar um papel contraditório, combinando a retração de direitos sociais com a expansão de políticas restritivas e compensatórias, alinhadas à racionalidade neoliberal. Tal dinâmica repercute diretamente na forma como as políticas sociais são concebidas ou operacionalizadas, ou seja, deixam de se orientar pelo padrão da proteção social e princípios da universalidade e passam a operar sob a financeirização, pela transferência da responsabilidade estatal na prestação de serviços para a rede privada ou então, transformando-as em políticas econômicas para ampliação do consumo, por meio de benefícios de transferência direta de renda, mediante repasse de créditos por agências bancárias. Seu acesso é pautado no fornecimento de um conjunto de informações e documentos de forma a comprovar a necessidade do requerente, utilizando para tanto, o uso de ferramentas informatizadas em substituição ao atendimento direto por agentes institucionais. Assim, prevalece uma racionalidade técnico-burocrática de controle e focalização da pobreza, derivando daí as condicionalidades, tais como encontramos, por exemplo, no Programa Bolsa Família. Este modo de gerir as políticas sociais acarretará em um descompasso entre o que se estabelece na legislação e nas normativas reguladoras das políticas e, a efetiva gestão da prestação de serviços sociais.

Iamamoto (2018) evidencia que as políticas sociais, no contexto do capital fetiche, são tensionadas por um duplo movimento: de um lado, a ampliação das necessidades sociais decorrentes da precarização do trabalho; de outro, a redução da capacidade estatal de garantir direitos universais. Conforme afirma a autora, a questão social se amplia ao mesmo tempo em que se estreitam os mecanismos públicos de enfrentamento das desigualdades. Essa contradição incide diretamente sobre o trabalho de assistentes sociais que passam a atuar em instituições marcadas pela escassez de recursos, pela intensificação das demandas e pela pressão por respostas imediatistas e burocratizadas.



Nessa atual configuração de produção e reprodução da vida social, vale destacar que essas tendências prevalecem por meio de ações e atividades marcadas pela racionalidade instrumental, pragmática e produtivista, que tendem a classificar e categorizar a situação social dos usuários a partir dos critérios de acesso estabelecidos nos programas e projetos sociais. Tal racionalidade apresenta riscos significativos ao trabalho do assistente social, podendo reduzi-lo a um avaliador das possibilidades de cumprimento e atendimento dos critérios que tornam a população elegível ao ingresso nos serviços. Ao mesmo tempo, pode ser considerado um mero executor de procedimentos, protocolos e sistemas informatizados, que se expressam na imposição de alcance de metas e indicadores para referenciar a análise, a intervenção e o acompanhamento realizado junto aos usuários. Conforme alerta Guerra (2023), a incorporação acrítica de tecnologias digitais e lógicas algorítmicas pode induzir a respostas automáticas, burocráticas e descontextualizadas, reforçando posturas fiscalizatórias, punitivas, higienistas, machistas e racista, que tendem a padronizar e despolitizar a intervenção profissional. Essa racionalidade está fadada a criar um profissional que aparentemente sabe fazer, mas não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos do seu trabalho na sociedade. Corre-se o perigo do assistente social ser reduzido a um mero “técnico de referência”, delegando a outros profissionais a tarefa de pensar a sociedade.

Nesse direcionamento, Raichelis (2018) enfatiza que as transformações do mundo do trabalho, marcadas pelos processos de intensificação, precarização e flexibilização das condições e relações de trabalho, incidem sobre a classe trabalhadora e, portanto, sobre o trabalho de assistentes sociais. Esses processos de precarização se expressam na sobrecarga de trabalho, na fragilização dos vínculos empregatícios e nos contratos de trabalho por tempo determinado, nos baixos salários, levando muitos profissionais a estabelecerem mais de um vínculo trabalhista, na intensificação do controle institucional e na redução da autonomia profissional. Esta conjuntura compromete a qualidade dos serviços prestados e fragiliza a relação estabelecida do assistente social com a população “[...] os projetos são abruptamente interrompidos quando termina o seu financiamento temporário, expectativas da população envolvida nas atividades são frustradas e a legitimidade obtida para a realização do trabalho do assistente social é truncada [...]” Iamamoto (2025, p. 14).

Assim, o assistente social vive, simultaneamente, a condição de trabalhador assalariado e de intermediador da execução da prestação de serviços vinculada às políticas sociais, o que produz tensões éticas e políticas no cotidiano profissional.



3 O ASSISTENTE SOCIAL COMO TRABALHADOR ASSALARIADO E OS DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL A LUZ DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

O assistente social é um trabalhador assalariado, inserido na divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, conforme apontam os estudos de Iamamoto (2018). Para a autora, o Serviço Social tem um significado social na sociedade capitalista, na medida em que é um elemento que participa da reprodução das relações sociais mediatizadas pelas políticas sociais prestadas por meio de aparatos institucionais. Os profissionais se vinculam a esses aparatos mediante um contrato de trabalho enquanto participantes da implementação de políticas sociais e, tal como os demais trabalhadores, estão sujeitos ao trabalho precarizado.

Importa ainda mencionar que o trabalho de assistentes sociais nas políticas sociais é trabalho na esfera dos serviços (Antunes, 2018). Assim, caracteriza-se por ser trabalho em processo, em ação, não se realizando sobre coisas ou objetos, mas na inter-relação direta entre profissional e usuário, configurando-se como um processo relacional de uso intensivo de informação. Além disso, o serviço é consumido no ato da prestação, ou seja, os serviços são produzidos e consumidos ao mesmo tempo, à medida que são executados, não podendo ser estocados ou armazenados, o que pode levar à dificuldade de identificar os resultados do trabalho. Com isso, dada a sua natureza relacional, depende de fatores e informações presentes nas ações interativas entre pessoas, sendo seus impactos de difícil aferição, uma vez que para se alcançar o escopo final depende de várias atividades. Deste modo, sua qualificação e quantificação são dificilmente mensuráveis em termos concretos e objetivos, o que sinaliza para a impossibilidade de ser avaliado pelo tempo despendido em sua prestação, correndo-se o risco de considerar a insuficiência de desempenho das profissionais pelas métricas gerencialistas presentes no trabalho nas políticas sociais. O desafio, portanto, é executar um trabalho que revele a perspectiva analítica presente no exercício profissional de assistentes sociais, demonstrando a relação indissociável entre os fenômenos decorrentes das expressões da questão social e das necessidades sociais vivenciadas pela população atendida nos serviços vinculados às políticas sociais.

Isso tem se tornado um agravante ante a atual configuração do mundo do trabalho, em que a exigência de flexibilização e intensificação do trabalho requisita aos profissionais o exercício de diferentes funções, sob a premissa da polivalência, que, cada vez mais, estabelece o cumprimento de metas de produtividade, as quais devem ser alcançadas no prazo estipulado por quem contratou a força de trabalho.



A intensificação do trabalho e a jornada extensa não são fenômenos circunscritos à esfera privada. Nos espaços públicos, a contrarreforma do Estado, sob a racionalidade gerencial, repercute nas políticas sociais e incide no trabalho profissional com a tendência à adoção de um modelo de gestão gerencial, pautado por pressões no cumprimento de metas (Vicente, 2016), refletindo no processo de desgaste da força de trabalho desses trabalhadores. Conforme Valle (2018), a coisificação do trabalhador assalariado também se apresenta aos servidores públicos, uma vez que “nem mais a tão sonhada estabilidade do servidor público parece garantir possibilidades de realização (ainda que alienada) do indivíduo através do trabalho” (Valle, 2018, p. 10).

Sob os preceitos do gerencialismo na administração pública, como forma de ‘modernizar’ o Estado brasileiro, otimizando e tornando eficiente a prestação de serviços, contraditoriamente, perdura a ‘tradicional’ exploração da força de trabalho do funcionalismo público, além de impulsionar a precarização das relações e condições objetivas de trabalho e a degradação da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos-usuários. Druck e Vieira (2023) indicam que a precarização das condições objetivas de trabalho atinge também os servidores públicos. As autoras afirmam que há um aumento expressivo de contratações de trabalhadores com vínculos celetistas, com contratos intermediados por organizações sociais, evidenciando que a parceria público-privada, por dentro do Estado, é uma realidade que merece ser analisada em profundidade.

Com a promulgação da Lei 8.745/1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidades de interesse público, associada a outras leis como a da contra reforma trabalhista de 2017, o Estado brasileiro normatiza este tipo de contratação para suprir a necessidade de pessoal, a medida em que tais legislações possibilitam a “contratação em regime celetista, através de processo seletivo público” (Druck, Vieira, 2023, p. 309). Entre 2022 e 2025, segundo dados do Painel Estatístico de Pessoal, vinculado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão⁵, ocorreu a contratação de 58.143 trabalhadores em regime temporário. Para Druck e Vieira (2023), a precarização é visível tanto nas condições de trabalho dos servidores quanto na prestação de serviços voltados à população.

Se, na empresa privada, o aumento da lucratividade se apresenta com a flexibilização da força de trabalho, no setor público, a flexibilização tem como finalidade a redução do gasto público com a folha de pagamento, o que pode levar a uma intensificação do trabalho, uma vez que os trabalhadores precisam “dar conta da demanda”, mesmo diante da redução do

⁵ Para mais informações, ver: <https://painel.pep.planejamento.gov.br/QuvAJAXZfc/opendoc.htm?document=painelpep.qvw&lang=en-US&host=Local&anonymous=true>)



número de trabalhadores nos postos de trabalho, e da alteração no repasse de recursos. De imediato, observa-se uma modificação no alcance dos serviços e o comprometimento no atendimento às necessidades da população que não consegue por si só suprir suas necessidades. Essa situação agrava-se ainda diante da opinião pública que apregoa o servidor público como um trabalhador com privilégios, seja salarial ou pela estabilidade no emprego. Na contrapartida, é identificado como ineficiente, despreocupado em demonstrar os resultados do seu trabalho, instalando-se um contexto desfavorável à recomposição e expansão da força de trabalho, acarretando a sobrecarga desses trabalhadores, levando-os à exaustão. Sendo assim, tanto no contexto privado como no público, a complexificação das demandas, aliada à racionalidade gerencial, afeta o trabalho de assistentes sociais, dificultando não apenas a viabilização do acesso aos direitos sociais, em contraposição ao direcionamento do projeto ético-político, como também tem incidido nas condições de trabalho, por meio do sucateamento dos serviços públicos.

Outro desafio que cabe ser mencionado é aquele que, moldado pelas requisições, competências e atribuições privativas estabelecidas, o trabalho de assistentes sociais se depara constantemente com os limites impostos pela lógica de um Estado que, em tese, deveria ser provedor de direitos, mas que na prática atua em defesa da ordem vigente. Além disso, estão em curso elementos políticos que também tensionam o trabalho, a saber: o estabelecimento do controle do comportamento dos trabalhadores e a atuação em uma perspectiva de direitos humanos e sociais; a disputa de projetos societários e projetos profissionais; a capacidade demonstrada pelo assistente social de articulação e coletivização das demandas de trabalho e a ultrapassagem da individualização dos direitos.

Importante sinalizar que a condição de assalariamento de assistentes sociais impõe o atendimento a requisições que nem sempre são pensadas pelos profissionais. Para Torres (2025, p. 223), as requisições podem ser identificadas como dever, fundamentado em normativas que determinam a razão e a existências dos espaços sócio-ocupacionais. E problematiza, identificando que as requisições

se apresentam majoritariamente de duas formas: requisições institucionais, fundamentadas nas normativas e na gestão da prestação de serviços das políticas sociais e, requisições da profissão que se colocam na defesa dos direitos humanos e sociais, na defesa do projeto societário da classe trabalhadora, provocando que assistentes sociais tensionem o seu trabalho para além das exigências do mercado de trabalho.

Uma análise crítica dos desafios que se apresentam no trabalho de assistentes sociais exige ir além da simples descrição das suas atividades, elencadas nos documentos normativos da profissão, como a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662/1993, ou do seu Código de Ética (1993). É importante sinalizar que os assistentes sociais, assim como



os demais trabalhadores, estão submetidos aos regramentos do trabalho no capitalismo, expresso na relação de compra e venda da força de trabalho, no assalariamento e em uma relativa autonomia que confronta e direciona o exercício profissional. O embate entre as normativas reguladoras das políticas sociais e os objetivos do Serviço Social como profissão, exige que os profissionais coloquem em movimentos uma gama de conhecimentos que, entre outras questões, favoreçam a construção de uma análise da vida em sociedade, em uma perspectiva de totalidade.

A partir da indissociabilidade das fundamentações ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas, torna-se necessário compreender as tensões e os dilemas que permeiam o cotidiano profissional, confrontando o projeto ético-político profissional com as demandas conservadoras, tecnicistas e pragmáticas, sob a lógica da culpabilização dos usuários e da naturalização da desigualdade.

Ao discutirem a formação de uma cultura crítica vinculada ao projeto profissional, Santos e Ramos (2025, p. 14) evidenciam que o exercício do Serviço Social não se reduz ao domínio técnico, mas envolve uma trajetória histórica de amadurecimento teórico e político:

A apropriação dos fundamentos para apreensão e reprodução do movimento do real requer uma processualidade histórica subjetiva. Nada é mecânico nem imediato. É necessário tempo de aprendizagem, de dedicação individual e vivência coletiva para que possamos nos tornar assistentes sociais e participarmos da construção e da internacionalização da cultura crítica de resistência da classe trabalhadora e estabelecer mediações com a profissão, em suas dimensões teóricas e de organização política.

Em um contexto marcado pela intensificação do trabalho, pela sobrecarga de demandas, pela pressão por metas e pela instabilidade dos vínculos empregatícios, esse tempo formativo e reflexivo, tende a ser comprimido ou mesmo inviabilizado. A precarização, portanto, não incide apenas sobre as condições objetivas, salários, jornadas e infraestrutura, mas também sobre a própria processualidade histórica subjetiva necessária à constituição de profissionais críticos e à construção do trabalho intelectual. Ao limitar espaços de estudo, debate e organização política, as condições precarizadas fragilizam a consolidação de uma cultura crítica de resistência e tensionam a capacidade do assistente social de estabelecer mediações qualificadas entre os fundamentos teóricos da profissão e as exigências institucionais cotidianas, aprofundando o descompasso entre o projeto ético-político e as ações concretas de trabalho.

Daí decorre a importância da apropriação crítica dos fundamentos teórico-metodológico para compreensão da dinâmica dos espaços cotidianos de vida e de trabalho, do papel do Estado e do significado sócio-histórico das políticas sociais, uma vez que a lógica do capital tem a tendência de aprisionar, aculturar e institucionalizar, tomando os objetivos institucionais como os objetivos profissionais. Contraditoriamente, o trabalho de assistentes



sociais é permeado por conflitos entre classes, pois os assistentes sociais ao serem inseridos em uma relação de compra e venda da força de trabalho, são requisitadas a atender às demandas institucionais e à reprodução da ideologia dominante. Já o projeto ético-político do Serviço Social traz como direcionamento ao trabalho profissional, o compromisso com os interesses da classe trabalhadora. Tendo o Serviço Social uma natureza analítica e interventiva, torna-se necessário resistirmos a essa lógica destruidora de valores, princípios e convicções do nosso projeto ético-político.

É nisso que reside a relatividade da nossa autonomia profissional, que se expressa na capacidade de interpretar criticamente a realidade das condições e relações de trabalho da classe trabalhadora e o papel do Estado na implementação de políticas sociais na “gestão” da luta de classes, mas também na capacidade de negociar com as instituições seus projetos, defender atribuições e elaborar respostas profissionais que se alinhem ao projeto ético-político e às fundamentações teórico-metodológicas.

Iamamoto (2018) enfatiza que o trabalho do assistente social deve ser dotado da construção de estratégias profissionais críticas, tendo como desafio central transformar as demandas institucionais em possibilidade de intervenção profissional comprometida com a ampliação de direitos. Isso exige sólida formação teórica, capacidade analítica e articulação com os movimentos sociais e com a organização coletiva da categoria. Raichelis (2018) reforça que a resistência à precarização do trabalho passa, necessariamente, pela organização política dos assistentes sociais e pela defesa intransigente das políticas públicas. Nesse sentido, o exercício profissional não se realiza de forma isolada, mas articulado às lutas sociais mais amplas da classe trabalhadora, no enfrentamento à lógica destrutiva do capital (Antunes, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, as transformações do mundo do trabalho impõem desafios estruturais à classe trabalhadora. Sob o predomínio de um capital fetiche há o crescimento de trabalhadores no setor de serviços aliado à precarização, revelando a face contemporânea da exploração capitalista. Longe de representar progresso social, essa dinâmica aprofunda as desigualdades, fragmenta a classe trabalhadora e submete o trabalho humano à lógica mercantil. O avanço do conservadorismo, por sua vez, legitima essas desigualdades, naturalizando a perda de direitos e despolitizando as lutas sociais.

A partir de uma perspectiva crítica, as requisições e demandas que chegam ao assistente social na contemporaneidade não são neutras, mas sim manifestações singulares e imediatas da chamada questão social. O assistente social, quando intervém nas mais



variadas expressões da questão social, expressa a partir de seu trabalho, um posicionamento ético-político e técnico, supostamente orientado por princípios e valores profissionais. Ainda que os últimos anos tenham sido marcados pelo avanço do neoliberalismo, pelo enfraquecimento das políticas públicas, pela precarização do trabalho e pelo recrudescimento do conservadorismo, o projeto ético-político do Serviço Social permanece como horizonte de luta e resistência.

A vitalidade desse projeto reside em sua capacidade de se reatualizar frente às adversidades, reafirmando a dimensão crítica e propositiva da profissão. Entre avanços e retrocessos, o desafio permanece: manter vivo o projeto ético-político como instrumento de emancipação e afirmação dos direitos sociais, reafirmando o assistente social como sujeito histórico na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine. **Crise Estrutural e Impactos na Produção e Reprodução Social**. In: Material didático do Curso de Especialização Lato Sensu em Serviço Social - Trabalho Profissional: Questão Social e Fundamentos Teórico-Históricos e Ético-Políticos do Serviço Social. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, DF: CFESS, 2025.

DAL ROSSO, Sadi. Ondas de intensificação do labor e crises. **Perspectivas**, São Paulo, v. 39, p. 133-154, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4755/4057>. Acesso: 11 fev. 2026.

DRUCK, Graça; VIEIRA, Denise. As transformações do trabalho dos servidores públicos: reformas administrativas, digitalização e privatização do Estado. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Icebergs à deriva**: o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 307-322.

GUERRA, Yolanda. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais. In: HORST, Claudio H. M.; ANACLETO, Talita F. M.; CRESS/MG - Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). **A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais** – Belo Horizonte: CRESS, 2023. Disponível em: https://www.cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Livro-CRESS-MG-_A-dimensa%CC%83o-te%CC%81cnico-operativa-no-trabalho-de-assistentes-sociais-.pdf Acesso: 16 fev. 2026.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2018.



IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social no Brasil: das origens conservadoras aos fundamentos do Projeto Ético-Político Profissional.** In: Material didático do Curso de Especialização Lato Sensu em Serviço Social - Trabalho Profissional: Questão Social e Fundamentos Teórico-Históricos e Ético-Políticos do Serviço Social. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, DF: CFESS, 2025.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência (1973). In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs.) **Ruy Mauro Marini.** Vida e Obra. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. In: NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez, 2012.

PINHEIRO, Paulo Wescley Maia. **Fundamentos da questão social e suas particulares expressões no sistema capitalista dependente, heteropatriarcal e racista brasileiro.** In: Material didático do Curso de Especialização Lato Sensu em Serviço Social - Trabalho Profissional: Questão Social e Fundamentos Teórico-Históricos e Ético-Políticos do Serviço Social. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, DF: CFESS, 2025.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Princípios, valores e compromissos do projeto ético-político do Serviço Social.** In: Material didático do Curso de Especialização Lato Sensu em Serviço Social - Trabalho Profissional: Questão Social e Fundamentos Teórico-Históricos e Ético-Políticos do Serviço Social. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, DF: CFESS, 2025.

TORRES, Mabel Mascarenhas. As requisições (in)devidas dirigidas às assistentes sociais: um debate necessário sobre a precarização do trabalho. In: BONFIM, Giverson Gonçalves; AMARAL JÚNIOR, José Carlos do; GODOI, Sueli [Orgs.]. **Serviço social: lutas e resistências em tempos de precarização do trabalho profissional.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2025, p. 209-228.

VALLE, Karla Fernanda. Trabalho profissional e gerencialismo: um debate sobre o Serviço Social em espaços sócio-ocupacionais reestruturados. In: **XVI Encontro de Pesquisadores/as em Serviço Social,** Vitória- ES. Cd Rom., 2018.

VICENTE, Damaris Sobre o sofrimento no trabalho: um estudo com assistentes sociais na área da habitação. In: **XV Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social,** Ribeirão Preto - SP, Cd Rom, 2016.